



# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – ALESC

## EDITAL Nº 01/2024

# ANALISTA LEGISLATIVO III QUALQUER ÁREA

## TIPO 2 – VERDE

**Atenção:** a frase a seguir deverá ser transcrita no espaço reservado do seu cartão de resposta, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas.

**Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.**



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



### TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco)** horas e **30 (trinta)** minutos para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento da folha de textos definitivos;
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas e a folha de textos definitivos;
- Para o preenchimento do cartão de respostas e da folha de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas e em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas e da sua folha de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa Prova!**



## MÓDULO DE CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa

1

Observe a frase a seguir.

*“Há sempre tempo para se dizer alguma coisa, mas não para se ficar em silêncio”.*

Assinale a modificação estrutural dessa frase que **não** está adequada.

- (A) Mudar formas reduzidas para formas desenvolvidas: “Há sempre tempo para que se diga alguma coisa, mas não para que se fique em silêncio”.
- (B) Mudança de voz passiva para voz ativa: “Há sempre tempo para que digamos alguma coisa, mas não para que fiquemos em silêncio”.
- (C) Inversão na posição de termos: “Nem sempre há tempo para se ficar em silêncio, mas há sempre tempo para se dizer alguma coisa”.
- (D) Troca de forma impessoal por forma personalizada: “Há sempre tempo para que digamos alguma coisa, mas não para que fiquemos em silêncio”.
- (E) Mudança de tempo da frase para o passado: “Houve sempre tempo para que disséssemos algo, mas não para que ficássemos em silêncio”.

2

Observe o texto a seguir.

*“A Carteira de Identidade Nacional (CIN) está revolucionando a identificação dos cidadãos. Com um padrão nacional e um número único para todas as unidades da Federação, a emissão deste documento traz uma série de benefícios. De acordo com o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), já foram emitidas quatro milhões de unidades da nova Carteira de Identidade Nacional em todo o país. Em Rondônia, o serviço está disponível desde dezembro de 2023, e até o mês de março, foram cadastradas e emitidas um total de 26.844 CIN.” (UOL)*

Quanto à sua tipologia textual, esse segmento é do tipo

- (A) publicitário.
- (B) propagandístico.
- (C) informativo.
- (D) didático.
- (E) expressivo.

3

Leia o seguinte texto destinado a vender um tipo de caneta esferográfica.

*“A Caneta Cristal faz jus ao nome: mostra uma transparência cristalina, podendo-se acompanhar a disponibilidade de tinta no depósito. É muito elegante com sua pequena tampa que impede o vazamento de tinta para a roupa do usuário. Sua tinta seca rapidísimamente. É mais barata que as concorrentes no mercado”.*

Em relação a esse texto, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Como toda publicidade mostra somente aspectos positivos do produto.
- (B) O texto apela para a sedução ao destacar a elegância da caneta anunciada.
- (C) O texto também se utiliza da intimidação ao indicar o perigo de vazamento de tinta.
- (D) A publicidade cita vantagem do usuário no terreno econômico, citando preço mais baixo.
- (E) O texto aborda também aspectos práticos vantajosos no uso do produto.

4

Observe o texto a seguir.

*“Os países da América Latina não precisam criar uma civilização. Ela já foi criada pela Europa nos últimos quatro séculos. Cabe-nos assimilar essa civilização.” (Eugênio Gudín)*

Sobre o conteúdo e a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O conceito de civilização, nesse texto, se prende exclusivamente aos valores clássicos de cultura.
- (B) Entre os dois primeiros períodos do texto há uma relação, respectivamente, de causa e consequência.
- (C) O autor defende a criação de uma civilização nacional original, apoiada em valores europeus.
- (D) O texto mostra uma visão negativa das possibilidades culturais dos países da América latina.
- (E) O último período do texto mostra uma justificativa das ideias apresentadas anteriormente.

5

Assinale a frase em que predomina a função metalinguística da linguagem.

- (A) Mentes criativas são conhecidas por resistirem a todo tipo de mau treinamento.
- (B) Nada revela com tanta segurança o caráter de uma pessoa como a sua voz.
- (C) Comida saudável é tudo o que se come antes do término da data de validade.
- (D) A ginástica é vulgar porque faz as pessoas cheirarem mal.
- (E) A caixa cerebral de um homem rotineiro é um porta-joias vazio.

6

Observe o parágrafo inicial do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos.

*“Na planície avermelhada os juazeiros alargavam duas manchas verdes. Os infelizes tinham caminhado o dia inteiro, estavam cansados e famintos. Ordinariamente andavam pouco, mas como haviam repousado bastante na areia do rio seco, a viagem progredira bem três léguas. Fazia horas que procuravam uma sombra. A folhagem dos juazeiros apareceu longe, através dos galhos pelados da catinga rala.”*

A respeito desse parágrafo é correto afirmar que se trata de um texto

- (A) narrativo, com inserções descritivas.
- (B) exclusivamente descritivo.
- (C) integralmente narrativo.
- (D) narrativo com inserções argumentativas
- (E) descritivo com inserções argumentativas.

7

A Redação Oficial se apoia em alguns pilares, entre os quais a correção, a clareza e a brevidade.

Assinale a frase em que foram seguidas todas essas normas.

- (A) A cura é uma questão de tempo, mas às vezes também é uma questão de oportunidade repentina.
- (B) Estar doente, considero, um dos grandes prazeres da vida, contanto que não se esteja doente demais.
- (C) Nossa mãe lhe preveniu várias vezes de que deveria economizar para a velhice.
- (D) Quem disse que ganhar ou perder não importa provavelmente perdeu.
- (E) Os jogos das crianças são ocupações sérias, pois somente os adultos jogam jogos de crianças.

8

Num diálogo teatral, um dos personagens diz a seguinte frase:

— *Só sairei daqui amanhã de manhã.*

Essa frase, em discurso indireto, seria

- (A) Ele disse que só sairia daquele lugar no dia seguinte, pela manhã.
- (B) Ele disse que só saía de lá amanhã pela manhã.
- (C) Ele disse que só sairia de lá na manhã do amanhã.
- (D) Ele disse que só saía daquele lugar na manhã do dia seguinte.
- (E) Ele disse que só sairia daqui na manhã do dia seguinte.

9

Interpretar um texto é poder ver todos os seus significados. Com essa ideia em mente, leia o texto a seguir com atenção.

*“Todas as ideias econômicas importantes podem ser enunciadas de forma simples. Para desenvolver uma ideia, é claro, você pode precisar de algum aparato formal a fim de fazê-lo de um modo sistemático, mas você pode enunciar a essência de uma ideia de forma simples. E, quando as pessoas dizem que uma ideia é complicada em demasia para ser enunciada de forma simples, isso significa que elas não sabem como enunciá-la de forma simples, algumas vezes pelo fato de que elas não a compreendem inteiramente”.* (Gary Becker)

Indique a opção cuja informação está contida no texto lido.

- (A) O autor fala de um nível simples de linguagem, que não pode ser empregado em textos de conteúdo complicado.
- (B) As ideias complicadas podem ser veiculadas de forma simples, sem prejuízo de seu conteúdo.
- (C) Às vezes, algum aparato formal utilizado no texto pode prejudicar a simplicidade da linguagem.
- (D) Algumas pessoas, por ignorância redacional, não conseguem expressar ideias simples em linguagem formal.
- (E) A simplicidade da linguagem empregada está diretamente ligada à simplicidade do conteúdo a ser expresso.

10

Observe o fragmento textual a seguir.

*“O ensino superior no Brasil parece não ensinar o mínimo necessário às diferentes profissões, o que é evidenciado pelo péssimo desempenho profissional da grande maioria. A prioridade de um governo brasileiro deve estar sempre voltada para a educação, que é a fonte de todos os bens.”*

Sobre esse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O segundo período do texto reafirma as ideias já expressas anteriormente.
- (B) Os argumentos comprovadores de nossa má educação carecem de evidências convincentes.
- (C) A conclusão desse texto é a de que o grande culpado do péssimo nível de nossa educação está no atual governo.
- (D) A tese desse texto é a constatação de um péssimo serviço educacional das universidades.
- (E) Trata-se de um texto argumentativo em que a defesa da tese se apoia num argumento de autoridade.

11

As opções a seguir apresentam frases em que há um termo sublinhado que estabelece relações de coesão com outro termo anterior.

Assinale a frase em que a identificação desse termo anterior está **equivocada**.

- (A) Na prosperidade nossos amigos nos conhecem, mas na adversidade somos nós que os conhecemos. / os = nossos amigos.
- (B) Aquilo que nos agrada em nossos amigos é a atenção que eles nos dedicam. / que = aquilo.
- (C) Quanto mais velho você fica, mais fácil é chutar a sua idade. / sua = você.
- (D) Vou lhe dizer um grande segredo, meu caro. Não espere o juízo final. Ele se realiza todos os dias. / ele = o juízo final.
- (E) O Natal é a época em que as pessoas ficam sem dinheiro antes de ficarem sem amigos. / em que = Natal.

12

Entre os fragmentos textuais listados a seguir, assinale aquele que pode ser classificado como descritivo.

- (A) Não há limitação maior do que aquilo que você pensa.
- (B) Nunca tenha medo de sentar-se um pouco e pensar.
- (C) Mude seus pensamentos e você mudará o mundo.
- (D) É impressionante o que você não consegue quando não pergunta.
- (E) O aparelho de fax: máquina que permite que uma pessoa amontoe trabalho na mesa da gente.

13

Assinale a frase a seguir que se apresenta em ordem direta.

- (A) Deus manda a comida e o diabo manda os cozinheiros.
- (B) Todos os trabalhos, comendo, passam depressa.
- (C) Difícil coisa é entrar em discussões com a barriga vazia.
- (D) É a mente que enriquece o corpo.
- (E) Se os sentidos mentem, nossa razão é falsa.

14

Assinale a frase que **não** mostra marcas de linguagem informal.

- (A) Os animais pastam; a gente come.
- (B) A mesa mata mais gente do que a guerra.
- (C) Tem tempo que eles não vêm aqui.
- (D) Me disseram que a verdade apareceria.
- (E) Eles vieram com um disse me disse, mas não acreditei.

15

Observe o segmento textual a seguir.

*“Todos os homens se dividem em todos os tempos e também hoje, em escravos e livres; pois aquele que não tem dois terços do dia para si é escravo, não importa o que seja: estadista, comerciante, funcionário ou erudito.”* (Nietzsche)

Sobre a estruturação desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os vocábulos presentes na expressão “e também” são redundantes, bastando apenas um deles na frase.
- (B) O sentido de “e também hoje” já está incluído no termo anterior “em todos os tempos”.
- (C) A enumeração “estadista, comerciante, funcionário ou erudito” está em progressão de valor cultural.
- (D) A definição de “escravo” é dada em função do tempo livre variável nas diferentes atividades.
- (E) A diferença entre escravos e livres está na valorização do trabalho nas diversas profissões.

16

Observe a frase a seguir.

*“Os verdadeiros amigos são aqueles que realmente o conhecem e o amam independentemente de qualquer outra coisa.”*

O **problema estrutural** desse pensamento é que

- (A) mostra uma longa estruturação sem qualquer pausa interna.
- (B) a falta de identificação da realidade que é referida pelo termo “qualquer outra coisa”.
- (C) traz duas ocorrências do pronome “o” sem antecedente identificado.
- (D) apresenta um erro gramatical relacionado ao mau emprego de um pronome indefinido.
- (E) ocorre a utilização de uma linguagem popular em uma situação de linguagem culta.

17

Assinale o segmento textual que se classifica entre os textos injuntivos.

- (A) Um breve comentário pode ser fruto de uma longa deliberação.
- (B) A palavra é do tempo; o silêncio, da eternidade.
- (C) Um investigador que tem todas as respostas sequer entende as questões.
- (D) Se sua mente não é aberta, feche a boca também.
- (E) O segredo é o primeiro assunto essencial nos negócios de Estado.

18

Assinale a frase que mostra um **erro** quanto à norma culta da língua.

- (A) Minha saúde está boa. A idade é que está ruim.
- (B) As palavras são os médicos de uma mente doente.
- (C) Grande parte da saúde consiste em desejá-la
- (D) Os médicos acusam a natureza, os enfermos aos médicos.
- (E) Dar nome a uma doença é apressar-lhe os avanços.

19

Assinale a frase em que se comete um **erro** de pontuação.

- (A) Riso. O mais inocente de todos os diuréticos.
- (B) Todos os maus são bebedores de água: está bem provado com o dilúvio.
- (C) Para o homem sensual, todo alimento é doce.
- (D) O doutor Riso e o doutor Sono: os dois melhores médicos que existem.
- (E) Eu prefiro consultar médicos, mas ela videntes.

20

Observe o pensamento a seguir.

*“Se você pensa que alguma coisa está certa só porque todos acham isso, não está pensando”.*

Esse pensamento se refere a um tipo de argumento que aparece utilizado no seguinte texto:

- (A) Como disse Einstein, faça o que você gosta e nunca mais trabalhará.
- (B) Uma pesquisa demonstrou que a população brasileira está ficando mais conservadora.
- (C) Todo mundo sabe que aquele que fala muito pouco faz.
- (D) Se chover, as ruas vão ficar alagadas e ninguém deve sair de casa.
- (E) Como vou ganhar bastante dinheiro em meu novo negócio, poderei facilmente pagar o empréstimo.

## Raciocínio Lógico Matemático

21

Em um depósito havia 12 caixotes. Substituiu-se um deles por um caixote de 17kg e, com isso, a média dos pesos de todos os caixotes diminuiu em 2kg.

O peso do caixote retirado era de

- (A) 33kg.
- (B) 35kg.
- (C) 37kg.
- (D) 39kg.
- (E) 41kg.

**22**

Um terreno de  $1400\text{m}^2$  foi dividido em três partes e suas áreas são representadas por A, B e C. Sabe-se que B é igual a dois terços de A e que C é igual a cinco sextos de B.

A área do menor terreno é igual a

- (A)  $280\text{m}^2$ .
- (B)  $320\text{m}^2$ .
- (C)  $350\text{m}^2$ .
- (D)  $420\text{m}^2$ .
- (E)  $630\text{m}^2$ .

**23**

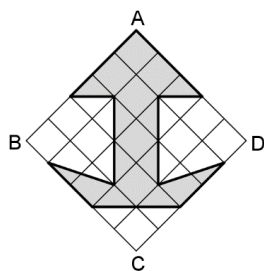
A diretoria de um condomínio é constituída por quatro pessoas: um presidente, um vice-presidente e dois secretários. Para ocupar esses cargos seis pessoas se candidataram.

Com as pessoas que se candidataram, o número de diretorias diferentes possíveis que podem ser formadas é igual a

- (A) 60.
- (B) 90.
- (C) 120.
- (D) 180.
- (E) 360.

**24**

A figura abaixo mostra um quadrado ABCD dividido em quadrados pequenos, todos iguais.



Assinale a opção que indica a porcentagem que a área da região sombreada representa da área do quadrado ABCD.

- (A) 46%.
- (B) 48%.
- (C) 50%.
- (D) 52%.
- (E) 54%.

**25**

Em uma prateleira há 15 latas iguais e vazias. Em algumas delas são colocadas bolinhas pretas e bolinhas brancas. Sabe-se que 7 latas contêm bolinhas pretas, 5 latas contêm bolinhas brancas e 3 latas contêm bolinhas pretas e bolinhas brancas.

O número de latas que ficaram vazias é igual a

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

**26**

Átila fez 30% de uma tarefa trabalhando 4 horas por dia durante 3 dias.

Se trabalhar, com a mesma eficiência, 8 horas por dia durante 2 dias, a porcentagem da tarefa que Átila fará será igual a

- (A) 10%.
- (B) 20%.
- (C) 25%.
- (D) 30%.
- (E) 40%.

**27**

Cinco carros (V, W, X, Y e Z) disputam uma corrida em um autódromo. Dada a largada, no final da primeira volta a ordem dos carros era V – W – X – Y – Z.

Durante a corrida ocorreram, em sequência, as seguintes ultrapassagens:

- o 3º fez uma ultrapassagem;
- o 5º fez duas ultrapassagens;
- o 3º fez duas ultrapassagens;
- o 4º fez duas ultrapassagens.

Depois disso, nenhuma outra ultrapassagem ocorreu e a corrida terminou.

Portanto, o único carro que chegou na mesma posição de partida foi:

- (A) V.
- (B) W.
- (C) X.
- (D) Y.
- (E) Z.

**28**

Uma sequência de números naturais possui a propriedade:

“Se  $x$  é um termo da sequência, então o termo seguinte é o algarismo das unidades de  $2x + 1$ .”

O primeiro termo da sequência é o número 6.

O 2024º termo dessa sequência é

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

**29**

Considere o seguinte conjunto de medidas, no qual X é um número inteiro positivo: 10, 13, 17, X, 10.

Sabe-se que a média é uma unidade maior do que a mediana.

A soma dos possíveis valores de X é:

- (A) 10.
- (B) 15.
- (C) 20.
- (D) 25.
- (E) 30.

30

Considere a sentença:

“Se  $X \leq 6$  e  $Y > 4$ , então  $X - Y \leq 2$ ”.

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é

- (A) Se  $X > 6$  e  $Y \leq 4$ , então  $X - Y > 2$ .
- (B) Se  $X - Y \leq 2$ , então  $X \leq 6$  e  $Y > 4$ .
- (C) Se  $X > 6$  ou  $Y \leq 4$ , então  $X - Y > 2$ .
- (D)  $X > 6$  ou  $Y \leq 4$  ou  $X - Y \leq 2$ .
- (E)  $X > 6$  e  $Y \leq 4$  ou  $X - Y \leq 2$ .

## Noções de Informática

31

Um usuário recebeu o e-mail de um remetente desconhecido se passando por sua operadora de telefonia celular, com um anexo intitulado “Fatura\_Mar\_2024.pdf”. Ao abrir o anexo, o computador do usuário é infectado com um tipo de *malware* que criptografa seus arquivos e exige um resgate em criptomoeda para desbloqueá-los.

Nesse caso, o tipo de ataque de *malware* sofrido pelo usuário é conhecido como

- (A) *keylogger*.
- (B) DDoS.
- (C) vírus.
- (D) *spyware*.
- (E) *ransomware*.

32

No contexto do funcionamento básico de um computador e seus componentes principais, assinale a afirmativa correta.

- (A) A memória RAM é uma forma de armazenamento não volátil, que mantém os dados permanentemente, mesmo sem alimentação elétrica.
- (B) O disco rígido (HDD) ou a unidade de estado sólido (SSD) são exemplos de dispositivos de armazenamento onde o sistema operacional, programas e dados do usuário são armazenados de forma permanente.
- (C) Uma GPU (Unidade de Processamento Gráfico) é utilizada exclusivamente para renderizar gráficos em jogos e não tem impacto no desempenho em outras aplicações.
- (D) O sistema operacional é armazenado temporariamente na memória RAM durante a inicialização do computador e é transferido para o disco rígido ou SSD após o desligamento, para garantir a persistência dos dados.
- (E) A CPU (Unidade Central de Processamento) não influencia diretamente o desempenho de tarefas computacionais, sendo sua principal função a gestão da entrada e saída de dados nos dispositivos periféricos.

33

Sobre os sistemas operacionais Windows, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Windows 11 requer um chip TPM (*Trusted Platform Module*) versão 2.0 para poder ser instalado.
- II. O Windows 11 eliminou a funcionalidade de áreas de trabalho virtuais, simplificando a gestão de janelas e aplicativos.
- III. O Windows 11 apresenta um Menu Iniciar renovado e agora posicionado no centro da barra de tarefas, e não pode ser reposicionado.
- IV. O Windows 11 introduziu novos recursos para trabalhar com múltiplas janelas, os Layouts de Ajuste (*Snap Layouts*) e Grupos de Ajuste (*Snap Groups*).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I e IV, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

34

Em uma planilha do Microsoft Excel, um gestor de RH deseja utilizar a função PROCV para localizar rapidamente o salário de um empregado específico a partir do seu número de identificação único (ID).

A planilha contém os seguintes dados em colunas sequenciais: ID do Empregado, Nome do Empregado, Cargo, Departamento e Salário. O gestor deseja inserir o ID do empregado em uma célula específica e obter automaticamente o salário correspondente desse empregado em outra célula.

Assumindo que o ID do empregado esteja na célula G2, a tabela de dados esteja no intervalo A1:E100, e o salário na quinta coluna do intervalo de dados, assinale a fórmula que está corretamente configurada para realizar essa tarefa.

- (A) =PROCV(PROCV(G2, A1:B100, 2, FALSO), C1:E100, 5, FALSO)
- (B) =PROCV(PROCV(G2, A1:B100, 2, VERDADEIRO), C1:E100, 5, VERDADEIRO)
- (C) =PROCV(G2, A1:E100, 5, FALSO)
- (D) =PROCV(G2, B1:E100, 4, VERDADEIRO)
- (E) =PROCV(A1:E100, G2, 5, 1)

35

No contexto das redes de computadores, avalie as afirmativas a seguir.

- I. A internet é uma rede de computadores de alcance global, enquanto a Intranet é uma rede privada restrita a uma organização ou grupo.
- II. A Internet é acessível a qualquer pessoa com um dispositivo conectado à rede, enquanto a Intranet exige autenticação e autorização para acesso.
- III. A Internet utiliza o protocolo TCP/IP, enquanto a Intranet só admite o protocolo IPX/SPX.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Regimento interno da ALESC

36

Um Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina almejava sugerir ao Chefe do Poder Executivo a adoção de algumas medidas, operacionais ou que demandavam alteração legislativa, visando ao aperfeiçoamento do regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado.

À luz do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, é correto afirmar que a medida alvitada

- (A) afronta a separação dos poderes, não sendo, portanto, amparada pelas normas regimentais.
- (B) deve ser objeto de decreto legislativo, a ser proposto pelo Deputado Estadual e aprovado pelo Plenário.
- (C) configura uma recomendação, o que pressupõe a prévia aprovação da Comissão de Relações interinstitucionais.
- (D) configura uma indicação, que deve ser encaminhada à Mesa, que dará ciência ao Plenário e a transmitirá ao destinatário.
- (E) pode ser inserida em avulso, que receberá parecer da Comissão de Constituição e Justiça, com posterior apreciação do Plenário.

37

João, Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, apresentou uma proposição legislativa e almejava que ela tramitasse em regime de prioridade.

Ao consultar o Regimento Interno dessa Casa Legislativa a respeito dessa possibilidade, concluiu-se corretamente que o referido regime

- (A) é aplicado apenas às denominadas “matérias prioritárias”, assim consideradas aquelas expressamente elencadas em comando regimental.
- (B) caso seja aplicado à proposição, serão afastados os interstícios próprios do regime ordinário, mas não exigências e formalidades.
- (C) fará que a proposição conste da pauta e entre na Ordem do Dia, na forma regimental, logo após as matérias em regime de urgência.
- (D) pode ser atribuído à proposição de João, desde que apresente o seu requerimento ao Plenário e este o defira.
- (E) é aplicável apenas às proposições constantes da pauta da convocação extraordinária.

38

Maria, Deputada Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, em projeto de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado, apresentou uma emenda que alterava substancialmente o texto da proposição, substituindo-a integralmente. João, por sua vez, também Deputado Estadual, apresentou, à emenda de Maria, uma emenda que buscava acrescentar alguns artigos.

Considerando os balizamentos oferecidos pelo Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, é correto afirmar, em relação a essa narrativa, que

- (A) não apresenta nenhuma incorreção.
- (B) por se tratar de projeto de iniciativa privativa, Maria não poderia apresentar a emenda nos referidos moldes.
- (C) a subemenda apresentada por João, que tem contornos aditivos, é compatível com a sistemática regimental.
- (D) Maria apresentou uma emenda substitutiva global, que é insuscetível de receber subemendas, como pretendeu João.
- (E) a apresentação de subemendas, como a que foi ofertada por João, somente é admitida se tiver caráter supressivo, não aditivo.

39

Joana, servidora da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, foi informada por uma colega que teria que adotar determinadas providências de ordem administrativa em relação a uma proposição legislativa destinada a regular, com eficácia de lei ordinária, matéria da competência privativa da Assembleia Legislativa.

Ao consultar o Regimento Interno dessa Casa Legislativa, Joana concluiu corretamente que a referida proposição é um projeto de

- (A) resolução.
- (B) lei delegada.
- (C) lei ordinária.
- (D) decreto legislativo.
- (E) conversão em lei de medida provisória.

40

Três parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina subscreveram um projeto de lei que não teve sua tramitação concluída poucos meses antes do fim da legislatura, momento em que todos eles já tinham conhecimento de que não foram reeleitos para a legislatura seguinte.

Nesse caso, à luz do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, é correto afirmar que

- (A) caso finde a legislatura sem a conclusão da tramitação, a proposição legislativa será definitivamente arquivada.
- (B) a proposição terá prioridade de tramitação, em relação às demais, a partir do mês de novembro do último ano da legislatura em curso.
- (C) se a proposição tiver recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, ela continuará a tramitar mesmo após o fim da legislatura.
- (D) caso finde a legislatura sem a conclusão da tramitação, ela será arquivada, mas qualquer Deputado Estadual poderá requerer o seu desarquivamento.
- (E) caso finde a legislatura sem a conclusão da tramitação, ela será arquivada, mas pode ser desarquivada, isto se houver requerimento da maioria da Comissão Permanente em que tramitava a proposição à época do seu arquivamento.



## MÓDULO DE CONHECIMENTOS

### ESPECÍFICOS

41

A gestão ágil é uma metodologia dinâmica e adaptativa que enfatiza a colaboração, a flexibilidade e a entrega contínua de valor, impulsionando a inovação e a eficiência nos projetos e processos organizacionais.

O método que endereça os reais objetivos de um projeto, considerando três dimensões *valor*, *qualidade* e *restrições*, é denominado

- (A) Triângulo ágil.
- (B) Scrum.
- (C) Kanban.
- (D) Triângulo de ferro.
- (E) Kaizen.

42

A gestão de desempenho é uma prática fundamental que tem como objetivo avaliar, monitorar e melhorar o desempenho dos colaboradores, sendo crucial para o cumprimento dos objetivos da organização.

Assinale a opção que apresenta uma prioridade operacional da gestão de desempenho.

- (A) Engajar.
- (B) Desenvolver.
- (C) Monitorar.
- (D) Modelar o trabalho.
- (E) Recompensar.

43

A comunicação na gestão pública desempenha um papel fundamental na promoção da transparência, participação cívica e eficiência administrativa.

Assinale a opção que apresenta a modalidade de comunicação destinada aos grandes temas sociais a respeito dos quais é necessário sensibilizar a opinião pública.

- (A) Social fraterna.
- (B) Normativa.
- (C) Política.
- (D) Serviço.
- (E) Responsabilidade social.

44

A gestão de pessoas, tanto do quadro próprio quanto das terceirizadas, é fundamental para garantir um ambiente de trabalho colaborativo e produtivo, promovendo o desenvolvimento e a satisfação de todos os envolvidos.

Assinale a opção que apresenta uma resposta adequada à condição em que a demanda de trabalho ultrapassa a oferta no modelo baseado na procura estimada do produto ou serviço.

- (A) Corte de pessoas e de salários.
- (B) Subcontratação de autônomos.
- (C) Transferências internas.
- (D) Horários reduzidos de trabalho.
- (E) Recolocação de desligados.

45

A Lei nº 12.527/2011, também chamada de Lei de Acesso à Informação, tem como propósito assegurar que os cidadãos tenham acesso às informações públicas, contribuindo para promover a transparência e a *accountability* no serviço público.

Com relação à Lei de Acesso à Informação, analise os itens a seguir.

- I. Qualquer interessado tem o direito de apresentar um pedido de acesso à informação aos órgãos e entidades, por meio legítimo, sendo necessário que o pedido contenha a identificação do requerente e a especificação da informação desejada.
- II. São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.
- III. Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente não pode conter exigências que inviabilizem sua solicitação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

46

A Lei Complementar nº 101/2000, popularmente conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece diretrizes e normas para a gestão das finanças públicas nos entes federativos do Brasil, com foco na responsabilidade fiscal e na transparência na administração dos recursos públicos.

Assinale a opção que indica a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

- (A) Despesa com Pessoal.
- (B) Despesas Correntes.
- (C) Despesas de Capital.
- (D) Despesas de Transferências.
- (E) Despesa Obrigatória de Caráter Continuado.

47

Os princípios orçamentários são fundamentais para guiar o processo de elaboração, execução e controle do orçamento, assegurando transparência, responsabilidade e eficiência na gestão dos recursos financeiros de uma instituição.

Assinale a opção que indica o princípio que preconiza que lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo-se dela qualquer dispositivo estranho à estimativa da receita e à fixação da despesa para o próximo exercício.

- (A) Exclusividade.
- (B) Unidade.
- (C) Orçamento Bruto.
- (D) Anualidade.
- (E) Universalidade.

48

O orçamento-programa é uma abordagem de planejamento financeiro que prioriza atividades e resultados sobre recursos financeiros. Originado na década de 1950 e promovido pela ONU para aprimorar a eficiência do gasto público, este modelo envolve a identificação de objetivos específicos, determinação de custos associados e alocação de recursos conforme as prioridades estabelecidas.

Assinale a opção que indica o elemento essencial do *orçamento-programa*, cuja finalidade é medir as realizações e os esforços despendidos na execução dos programas.

- (A) Programas.
- (B) Objetivos.
- (C) Medidas de desempenho.
- (D) Propósitos.
- (E) Indicadores de desempenho.

49

Ao longo do século XX, em especial a partir da segunda metade, o orçamento público passou por um contínuo processo de reforma de concepção, com efeitos importantes nas práticas e nos processos. O Orçamento Base-Zero (OBZ), inicialmente desenvolvido pela empresa privada *Texas Instruments* como um método para controlar e avaliar custos indiretos, atraiu a atenção do então governador da Geórgia, Jimmy Carter, que o implementou nos procedimentos orçamentários estaduais a partir de 1973.

O OBZ enfatiza

- (A) a coordenação e o controle.
- (B) o planejamento, a priorização e a redução do orçamento.
- (C) a administração, a economia e a eficiência.
- (D) o planejamento, a avaliação e a eficácia.
- (E) o *accountability*, a eficiência e a economia.

50

O *Manual de Demonstrativos Fiscais*, em sua 12ª edição, é uma valiosa fonte de orientação e referência para profissionais e instituições que participam da elaboração e análise de demonstrativos financeiros e fiscais. Este recurso fornece diretrizes atualizadas e informações detalhadas sobre a preparação e apresentação de demonstrativos fiscais, promovendo maior transparência e conformidade com as normas contábeis e regulamentações governamentais.

Assinale a opção que indica a legislação que define os parâmetros que baseiam as orientações metodológicas do *Manual de Demonstrativos Fiscais*.

- (A) Lei Orçamentária Anual.
- (B) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- (C) Lei nº 4.320/1964.
- (D) Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) Constituição Federal de 1988.

51

Uma entidade do setor público apresentava as seguintes receitas em 2023:

Impostos: .....R\$800.000;  
 Receita Patrimonial: .....R\$450.000;  
 Operações de Crédito: .....R\$360.000;  
 Alienação de Bens: .....R\$250.000;  
 Amortização de Empréstimos: .....R\$180.000;  
 Receita de Serviços: .....R\$120.000.

Assinale a opção que indica, respectivamente, o total das receitas correntes e de capital em 2023.

- (A) R\$920.000 e R\$1.240.000.
- (B) R\$1.280.000 e R\$880.000.
- (C) R\$1.370.000 e R\$790.000.
- (D) R\$1.460.000 e R\$700.000.
- (E) R\$1.730.000 e R\$430.000.

52

As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, poderão ser pagas à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento.

Sempre que possível, deve ser obedecida a ordem

- (A) material.
- (B) cronológica.
- (C) da relevância.
- (D) da magnitude dos montantes.
- (E) de importância do destinatário.

53

De acordo com a Constituição Federal, a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

Para o cumprimento dos limites estabelecidos, durante o prazo fixado na lei complementar, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

- (A) congelamento do pagamento de adicional por tempo de serviço e incentivo ao programa de aposentadoria.
- (B) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com funcionários terceirizados e exoneração dos servidores não estáveis.
- (C) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e congelamento do pagamento de adicional por tempo de serviço.
- (D) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com funcionários terceirizados e incentivo ao programa de aposentadoria.
- (E) redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança e exoneração dos servidores não estáveis.

**54**

Com relação à aprovação das emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, analise as afirmativas a seguir.

- I. São compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
- II. São relacionadas a mudanças de estimativas e correção de erros.
- III. Indicam os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidem sobre as dotações relacionadas às áreas de saúde e segurança pública.

De acordo com a Constituição Federal, as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso sigam o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**55**

De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, ao final de cada quadrimestre será emitido o Relatório de Gestão Fiscal.

O relatório conterá comparativo de alguns montantes com os limites da Lei. Além disso, se ultrapassado qualquer um dos limites, ele deve indicar

- (A) as sanções previstas.
- (B) os impactos resultantes.
- (C) os motivos que levaram ao fato.
- (D) os responsáveis diretos pelo fato.
- (E) as medidas corretivas adotadas ou a adotar.

**56**

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), ou em português, Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças, é uma ferramenta fundamental para análise de ambiente.

Assinale a opção que compreende uma área de domínio quando a empresa possui pontos fortes e o ambiente impõe oportunidades.

- (A) Domínio.
- (B) Desativação.
- (C) Aproveitamento.
- (D) Enfrentamento.
- (E) Melhoria.

**57**

O *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvido por Kaplan e Norton na década de 1990, é uma ferramenta de gestão estratégica que vai além das métricas financeiras tradicionais, incorporando medidas relacionadas aos clientes, processos internos e aprendizado e crescimento. Com um conjunto balanceado de indicadores em várias perspectivas, o BSC permite que as organizações alinhem suas metas estratégicas com suas operações diárias, fornecendo uma visão abrangente do progresso em direção aos objetivos de longo prazo.

Assinale a opção que define o foco da Perspectiva Financeira do BSC.

- (A) Interesses dos acionistas.
- (B) Expectativas dos clientes.
- (C) Atividades internas.
- (D) Desenvolvimento contínuo de habilidades.
- (E) Inovação e melhoria organizacional.

**58**

A perspectiva de Aprendizado e Crescimento destaca a estreita relação entre o *Balanced Scorecard* (BSC) e a Gestão do Conhecimento (GC) nas organizações. Ao promover a integração entre as metodologias do BSC e da GC, surge o desafio de converter o capital humano em capital estrutural e, conseqüentemente, em capital financeiro. Este desafio reflete a importância de desenvolver as competências dos colaboradores, fortalecer a cultura organizacional e estimular a inovação para impulsionar o crescimento e o sucesso da organização.

Assinale a opção que abrange a formulação de uma visão clara e inspiradora do futuro, capaz de ser facilmente traduzida em uma estratégia desafiadora para a organização.

- (A) Modelos mentais.
- (B) Maestria pessoal.
- (C) Visão compartilhada.
- (D) Pensamento sistêmico.
- (E) Aprendizado em equipe.

**59**

A matriz GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) é uma ferramenta de análise utilizada para priorizar problemas ou situações, levando em consideração a gravidade do problema, a urgência de resolvê-lo e a tendência de piorar caso não seja tratado.

Assinale a opção que define a tendência de um problema sem gravidade e que pode esperar.

- (A) Precisa de ação imediata.
- (B) É urgente.
- (C) O mais rápido possível.
- (D) Pouco urgente.
- (E) Não irá mudar.

**60**

Indicadores de desempenho (ID) são medidas quantitativas ou qualitativas que fornecem informações sobre o desempenho de uma organização, processo, projeto ou indivíduo em relação a seus objetivos e metas predefinidos. Eles ajudam a monitorar, avaliar e controlar o progresso, identificar áreas de melhoria e tomar decisões informadas para alcançar os resultados desejados.

Assinale a opção que compreende os ID conhecidos como KPI.

- (A) Operacionais.
- (B) Táticos.
- (C) Estratégicos.
- (D) De programa.
- (E) De processo.

**61**

Maria, de nacionalidade angolana e muito familiarizada com a cultura brasileira, o que era facilitado pela língua comum, decidiu estabelecer residência no território brasileiro, e almejava adquirir a nacionalidade brasileira.

Ao se inteirar dos requisitos exigidos, Maria concluiu corretamente que

- (A) somente deve preencher os requisitos da residência por um ano ininterrupto e de idoneidade moral.
- (B) a lei ordinária deve dispor sobre os requisitos exigidos para a naturalização, os quais devem ser preenchidos por Maria.
- (C) para a obtenção da naturalização, ela deve residir por mais de quinze anos ininterruptos no território brasileiro e sem condenação penal.
- (D) caso haja reciprocidade em favor dos brasileiros em Angola, Maria terá os mesmos direitos dos brasileiros, ressalvadas as exceções constitucionais.
- (E) a exemplo do que se verifica em relação à generalidade dos estrangeiros, os requisitos para a naturalização estão previstos de modo exauriente na ordem constitucional.

**62**

João, Deputado Estadual no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, solicitou que sua assessoria realizasse estudos em relação à possibilidade de apresentação de um projeto de lei assegurando o direito à percepção, em caráter definitivo, juntamente com a remuneração regular dos servidores públicos estaduais, do valor correspondente ao cargo em comissão ou à função de confiança, caso a ocupação do cargo ou o exercício da função se estendesse por mais de dez anos ininterruptos, além do preenchimento de outros requisitos que viessem a ser previstos.

À luz da sistemática constitucional, a assessoria respondeu corretamente que

- (A) o objetivo almejado por João é vedado pela ordem constitucional.
- (B) como o objetivo almejado por João importará em alteração de regime jurídico, apesar de o objetivo ser constitucional, a iniciativa é privativa do Governador.
- (C) é possível a realização da modificação legislativa alvitada por João, mas ela não seria extensiva aos agentes enquadrados na sistemática de subsídios.
- (D) a pretendida percepção dos valores em caráter definitivo somente é possível em relação aos cargos em comissão, não quanto às funções de confiança.
- (E) a pretendida percepção dos valores em caráter definitivo somente é possível em relação às funções de confiança, não quanto aos cargos em comissão.

**63**

O órgão competente do Poder Executivo federal expediu o ato de aposentadoria de Ana. Após receber seus proventos regularmente por sete anos, Ana foi surpreendida com a comunicação de que o Tribunal de Contas, em julgamento realizado dias antes, identificara uma incorreção no ato de concessão da aposentadoria.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) como decorreram sete anos desde o ato de concessão inicial da aposentadoria, o registro do ato seria obrigatório.
- (B) não há limite temporal para que o Tribunal de Contas analise, para fins de registro, o ato de concessão inicial de aposentadoria.
- (C) caso o processo de concessão da aposentadoria tenha ingressado no Tribunal de Contas há mais de cinco anos, o registro não poderia ser negado.
- (D) o decurso de mais de cinco anos desde o ato de concessão da aposentadoria exigia, em caráter prévio ao julgamento pelo Tribunal de Contas, a observância do contraditório e da ampla defesa.
- (E) caso tenham decorrido mais de cinco anos desde a chegada dos autos do processo administrativo ao Tribunal de Contas, o julgamento deveria ser antecedido pela observância do contraditório e da ampla defesa.

**64**

Foi detectada a existência, no Estado de Santa Catarina, de uma área de terras públicas, com 30 (trinta) hectares de extensão, à qual os órgãos competentes não tinham dado nenhuma destinação e que jamais tinha integrado o patrimônio de um particular. Por tal razão, foram iniciados estudos para a sua concessão ou alienação.

Ao fim dos estudos, concluiu-se corretamente que, na perspectiva da Constituição do Estado de Santa Catarina,

- (A) tanto a alienação como a concessão se situam no juízo de conveniência e oportunidade do Poder Executivo, não se exigindo o concurso da Assembleia Legislativa.
- (B) somente é exigida a autorização da Assembleia Legislativa, não sendo necessária a edição de lei, para a alienação, não para a concessão.
- (C) é exigida a autorização da Assembleia Legislativa, não sendo necessária a edição de lei, tanto para a concessão como para a alienação.
- (D) é exigida a autorização da Assembleia Legislativa, com a necessária edição de lei, tanto para a concessão como para a alienação.
- (E) somente é exigida a autorização da Assembleia Legislativa, com a necessária edição de lei, para a alienação, não para a concessão.

65

Após grande mobilização popular, o Estado Alfa editou a Lei nº X, dispondo sobre os tratamentos e as intervenções terapêuticas mínimas a serem ofertados pelas operadoras de planos de saúde às pessoas com deficiência. A publicação desse diploma normativo foi muito comemorada pela população, mas criticada pelas sociedades empresárias que atuam no setor.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que a Lei nº X

- (A) avança no plano da política de seguros, de competência legislativa privativa da União, logo, é inconstitucional.
- (B) incursiona na proteção à saúde, de competência legislativa concorrente entre a União e os Estados, logo, é constitucional.
- (C) trata de temática contratual, afeta, portanto, à autonomia da vontade, de modo que os entes federativos não podem legislar sobre ela.
- (D) adota medidas de proteção à pessoa humana, sendo constitucional desde que tenham sido observadas as normas gerais editadas pela União.
- (E) tem caráter protetivo dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, matéria de competência comum entre os entes federativos, logo, é constitucional.

66

O Presidente da República dispôs, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração federal, sem implicar em aumento de despesa, tampouco em criação ou extinção de órgãos públicos. Após tomar ciência sobre os fatos, um parlamentar da oposição procurou auxílio da sua assessoria jurídica, indagando-a sobre a validade da medida adotada.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Presidente da República

- (A) pode, mediante decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, desde que não haja aumento de despesa, tampouco criação ou extinção de órgãos públicos, com base no poder normativo.
- (B) pode, mediante decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, desde que não haja aumento de despesa, tampouco criação ou extinção de órgãos públicos, com base no poder disciplinar.
- (C) não pode, mediante decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, porquanto o poder disciplinar permite, apenas, a edição de atos normativos infralegais, para garantir a fiel execução da lei.
- (D) não pode, mediante decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, porquanto o poder normativo permite, apenas, a edição de atos normativos infralegais, para garantir a fiel execução da lei.
- (E) pode, mediante decreto, dispor sobre a organização e funcionamento da administração federal, ainda que haja aumento de despesa, criação ou extinção de órgãos públicos, com base no poder normativo.

67

Jonas, Defensor Público, recebeu, em seu gabinete, João e Matheus, hipossuficientes econômicas, que pretendem ingressar com ações indenizatórias em face do Estado *Alfa*, trazendo à baila os fundamentos para tanto.

João foi condenado, na esfera penal, pela prática do crime de estelionato, com a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Nada obstante, dois anos após os fatos, o indivíduo logrou comprovar a sua inocência, sendo o decreto condenatório proveniente de erro judicial substancial e inescusável. Por sua vez, Matheus, condenado definitivamente pelo crime de roubo, permaneceu preso além do tempo fixado na sentença, em razão da má prestação jurisdicional.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o Estado *Alfa*

- (A) responderá pelos danos causados a João e Matheus, porquanto a Constituição Federal prevê que o Estado indenizará o condenado por erro judiciário. Ademais, a doutrina e a jurisprudência são pacíficas quanto à responsabilização civil do Poder Público nos casos em que o indivíduo ficar preso além do tempo fixado na sentença, embora a Carta da República não trate da matéria.
- (B) responderá pelos danos causados a João e Matheus, porquanto a Constituição Federal prevê que o Estado indenizará o condenado que ficar preso além do tempo fixado na sentença. Ademais, a doutrina e a jurisprudência são pacíficas quanto à responsabilização civil do Poder Público nos casos de erro judiciário, embora a Carta da República não trate da matéria.
- (C) responderá pelos danos causados a João e Matheus, porquanto a Constituição Federal prevê que o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- (D) não responderá pelos danos causados a João e Matheus, porquanto inexistente responsabilidade civil imputável ao Poder Público por força de atos judiciais, que devem ser impugnados pela via própria.
- (E) não responderá pelos danos causados a João e Matheus, porquanto eventuais ações indenizatórias por força de atos judiciais devem ser movidas em face do Poder Judiciário.

68

Matheus, estagiário voluntário e não remunerado no âmbito da Secretaria de Saúde do Município *Alfa*, concorreu, de forma dolosa, para a indevida incorporação de móveis – dezenas de cadeiras e mesas – ao patrimônio de João, particular, que se apropriou, efetivamente, dos bens públicos citados.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que Matheus

- (A) não responderá por ato de improbidade administrativa, por se caracterizar como um particular em colaboração com o Estado.
- (B) responderá por ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (C) não responderá por ato de improbidade administrativa, por não se caracterizar como agente público.
- (D) responderá por ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (E) responderá por ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

69

Marta e Matheus, servidores públicos, são informados, pelo superior hierárquico, que atuarão em um determinado processo administrativo. Nada obstante, Marta verifica que o seu cônjuge já participou do procedimento na qualidade de perito. Por sua vez, Matheus tem inimizade notória com um dos interessados no referido processo.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, é correto afirmar que

- (A) Marta pode participar do processo administrativo, inexistindo hipótese de impedimento ou suspeição. Por outro lado, a inimizade notória de Matheus com um dos interessados no referido processo gera o seu impedimento.
- (B) Marta é suspeita de atuar no processo administrativo. Por outro lado, a inimizade notória de Matheus com um dos interessados no referido processo gera o seu impedimento.
- (C) Marta é impedida de atuar no processo administrativo. Por sua vez, a inimizade notória de Matheus com um dos interessados no referido processo gera a sua suspeição.
- (D) Marta e Matheus são impedidos de atuar no processo administrativo, porquanto as situações narradas caracterizam o impedimento.
- (E) Marta e Matheus são suspeitos para atuar no processo administrativo, porquanto as situações narradas caracterizam a suspeição.

70

Após ser provocada pela via própria, a Administração Pública constatou a existência um vício no motivo de fato de um determinado ato administrativo que fora confeccionado em momento pretérito. Em assim sendo, o Prefeito indagou à Procuradoria da municipalidade sobre a possibilidade de se proceder à convalidação voluntária do ato editado, de forma a preservá-lo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o ato administrativo

- (A) não poderá ser convalidado, porquanto a ordem jurídica admite, apenas, a convalidação involuntária dos atos administrativos, vedando-se a convalidação voluntária.
- (B) não poderá ser convalidado, porquanto o vício no motivo do ato administrativo não admite convalidação.
- (C) poderá ser convalidado, por meio da ratificação.
- (D) poderá ser convalidado, por meio da conversão.
- (E) poderá ser convalidado, por meio da reforma.

71

Determinado contrato de concessão, regularmente formalizado, está chegando ao seu termo final, sendo certo que os representantes da concessionária estão muito preocupados com o fato de que não houve a amortização dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço público concedido. Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 8.987/95, é correto afirmar que

- (A) a concessionária assumiu o risco de que os valores não fossem amortizados no curso do contrato, de modo que deve suportar os respectivos prejuízos no tocante à reversão dos bens, sem direito à indenização.
- (B) o advento do termo contratual não autoriza a assunção do serviço pelo Poder Concedente, sendo indispensável que promova a prévia indenização dos bens reversíveis que não foram amortizados.
- (C) a concessionária tem o direito de retenção dos bens utilizados no serviço concedido, mesmo após o advento do termo contratual, enquanto não forem indenizados aqueles que serão revertidos.
- (D) extinta a concessão, o Poder concedente deve assumir o serviço, incluindo a ocupação de todos os bens reversíveis, mas a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos respectivos investimentos.
- (E) o advento do termo contratual, por si só, não é suficiente para extinguir o contrato de concessão, que depende da edição de um Decreto que determine a indenização da concessionária pelos bens reversíveis não amortizados.

72

Veruska estava estudando os pontos do conteúdo programático do edital do concurso público para o cargo de Analista da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de modo que entendeu ser pertinente aprofundar os seus conhecimentos acerca dos fundamentos constitucionais relacionados a licitações e contratações pelo Poder Público, assim como a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, notadamente com relação à competência legislativa, vindo a concluir corretamente que

- (A) os Estados têm competência plena para legislar sobre a matéria, independentemente da existência de normas gerais editadas pela União.
- (B) apenas a União tem competência para editar normas sobre licitações, cabendo a todos os entes federativos legislar sobre contratações.
- (C) os Estados têm competência para legislar sobre normas gerais sobre matéria, cabendo aos Municípios e à União atuar supletivamente.
- (D) os Municípios não têm competência legislativa sobre a matéria, cabendo apenas aos Estados, no âmbito da competência concorrente, a possibilidade de editar as respectivas normas, caso haja lei autorizativa da União.
- (E) a União tem competência legislativa para editar normas gerais sobre licitações e contratações, cabendo aos Estados e aos Municípios suplementar tais normas de acordo com as especificidades locais.

**73**

No exercício de suas atribuições enquanto agente da contratação, Belmiro foi questionado acerca das impugnações e recursos administrativos previstos na Lei nº 14.133/2021, vindo a responder corretamente que cabe

- (A) recurso ou pedido de reconsideração, a critério do contratado, contra extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração.
- (B) impugnação ou recurso ou pedido de reconsideração, na forma em que previsto no edital, com relação aos atos da Administração que importem em anulação ou revogação da licitação.
- (C) recurso contra o ato que indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, sendo vedada a irrisignação para impugnar o indeferimento de tal pedido.
- (D) recurso contra o julgamento das propostas e contra o ato de habilitação ou inabilitação de licitante, que serão apreciados em fase única, mas a intenção de recorrer deve se manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- (E) impugnação ao edital de licitação por irregularidade na aplicação da mencionada norma, que poderá ser apresentado apenas pelos licitantes devidamente habilitados no respectivo procedimento licitatório.

**74**

Considerando as hipóteses em que a licitação é dispensável nas contratações realizadas pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, é correto afirmar que

- (A) o credenciamento é expressamente consagrado como hipótese em que a licitação é dispensável.
- (B) são aplicáveis a tais entidades administrativas todas as hipóteses de licitação dispensável previstas na Lei nº 14.133/2021.
- (C) a licitação é dispensável na hipótese de doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação.
- (D) a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, quando não há viabilidade de competição é hipótese de licitação dispensável.
- (E) nas hipóteses em que a licitação é dispensável em razão do valor, é vedada a modificação de tais montantes, ainda que para refletir a variação de custos, por deliberação do Conselho de Administração da entidade administrativa, na medida em que é proibida a adoção de valores diferenciados para cada sociedade.

**75**

Suponha que determinado ente federativo almeje realizar uma licitação na modalidade concurso, para a selecionar um projeto que envolve um trabalho técnico.

Acerca de tal modalidade licitatória, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que

- (A) é vedada a concessão de prêmio aos participantes.
- (B) deverá ser utilizado o critério de julgamento de técnica e preço.
- (C) o vencedor é proibido de ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto à Administração Pública.
- (D) não é possível que o edital exija qualificação dos participantes para a realização do projeto.
- (E) o prazo mínimo para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, é de trinta e cinco dias úteis.

**76**

João, Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, almeja apresentar uma proposição legislativa, tendo solicitado que sua assessoria analisasse a sistemáticas das preferências no âmbito regimental.

Foi corretamente esclarecido a João que

- (A) somente proposições em regime de urgência possuem preferência.
- (B) o regimento interno assegura a preferência, em relação às demais matérias, à redação final.
- (C) a tramitação das proposições, ressalvadas aquelas sujeitas a procedimento especial, ocorre de maneira igualitária.
- (D) a atribuição, ou não, de preferência a uma proposição depende sempre de aprovação do Plenário por maioria simples.
- (E) o regime de preferência é assegurado no regimento interno conforme a natureza da proposição, excepcionadas apenas as prioridades atribuídas pelo Plenário.

**77**

O Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado *Alfa* encaminhou projeto de lei complementar à Assembleia Legislativa, visando à criação de 10 (dez) cargos de Promotor de Justiça Substituto, com o que buscava suprir deficiências da carreira.

Ao analisar a proposição, um grupo de Deputados Estaduais apresentou emenda aditiva visando a alterar a entrância das Promotorias de Justiça localizadas nas Comarcas *Alfa*, *Beta* e *Gama*.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que

- (A) na medida em que acarreta aumento de despesa na estruturação dos cargos públicos, o projeto deveria ser apresentado pelo Chefe do Poder Executivo.
- (B) como se trata de proposição de iniciativa privativa do Ministério Público, é vedada a apresentação de emendas, quaisquer que sejam elas.
- (C) como não há aumento de despesa na emenda apresentada pelos Deputados Estaduais, ela apresenta conformidade constitucional.
- (D) em proposições de iniciativa privativa, como é o caso da narrativa, somente é permitida a apresentação de emendas de redação.
- (E) como a emenda subscrita pelos Deputados Estaduais inova em relação ao objeto da proposição, ela não poderia ser apresentada.

**78**

Em uma proposição legislativa em tramitação na Câmara dos Deputados, Joana, Deputada Federal, consultou sua assessoria sobre a possibilidade de ser apresentado um requerimento de destaque, observados os requisitos regimentais quanto à legitimidade.

À luz das características da medida alvitrada por Joana, a assessoria respondeu corretamente que

- (A) para que tenha por objeto parte de projeto de lei apreciado conclusivamente pelas Comissões, deve ser subscrita por um décimo dos Deputados.
- (B) pode ser requerida de modo verbal ou por escrito, e deve ser objeto de deliberação pelo Plenário.
- (C) somente pode ter por objeto o requerimento de votação em separado de parte de proposição.
- (D) pode ter por objeto tornar uma emenda um projeto autônomo.
- (E) não pode ser apresentada em proposições de iniciativa privativa.

**79**

Deputados Estaduais filiados aos Partidos Políticos *Alfa*, *Beta* e *Gama*, almejavam constituir um bloco parlamentar no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Em uma análise preliminar, feita pelas respectivas assessorias, foi-lhes informado que

- I. as lideranças dos partidos que formem o bloco parlamentar perderão atribuições e prerrogativas regimentais quando do encaminhamento das votações;
- II. o partido que integrar um bloco parlamentar não poderá, ao mesmo tempo, fazer parte de outro; e
- III. o bloco parlamentar precisa contar com pelo menos um sexto dos membros da Assembleia Legislativa.

Aos analisarem as afirmativas das assessorias, os Deputados Estaduais concluíram corretamente, à luz da sistemática regimental, que

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a afirmativa I está certa.
- (C) apenas a afirmativa II está certa.
- (D) apenas as afirmativas I e III estão certas.
- (E) apenas as afirmativas II e III estão certas.

**80**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina recebeu do Chefe do Poder Executivo o projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO), com estrita observância do prazo constitucional. Em razão dos debates que suscitou, havia um temor de que não fosse aprovado no prazo necessário.

À luz da sistemática estabelecida no Regimento Interno dessa Casa Legislativa, é correto afirmar que

- (A) o segundo período ordinário da sessão legislativa não será interrompido sem a aprovação do projeto de LDO.
- (B) o primeiro período ordinário da sessão legislativa não será interrompido sem a aprovação do projeto de LDO.
- (C) a não aprovação da LDO até o fim do segundo período ordinário da sessão legislativa acarretará a convocação de sessão extraordinária.
- (D) a não aprovação da LDO até o fim do primeiro período ordinário da sessão legislativa acarretará a convocação de sessão extraordinária.
- (E) a LDO, embora não tenha prioridade e garantia de tramitação no curso da sessão legislativa ordinária, pode ser objeto de requerimento de urgência pelo Chefe do Poder Executivo.



## QUESTÃO DISCURSIVA

---

Um especialista em legística foi questionado em relação à sucessão de leis no tempo, emanadas do mesmo ente federativo, mais especificamente se a lei anterior, incompatível com a lei posterior, pode voltar a produzir efeitos caso ocorra a revogação desta última.

**A esse respeito, analise os distintos aspectos afetos a essa temática, abordando, inclusive, na perspectiva constitucional, a situação em que, apesar de as leis emanarem de entes federativos diversos, há influência de uma sobre a outra: nesse caso, devem ser analisados os efeitos da lei posterior, considerada preeminente, em relação à lei anterior com ela colidente, bem como os efeitos, em relação à lei anterior, da revogação da lei posterior.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



Realização

